



relatório de atividades **2007/08**



IDESAM

Instituto de Conservação e
Desenvolvimento Sustentável do Amazonas



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A conservação da Amazônia não pode mais ser vista pelo foco “conservação versus produção”. Esse modelo de desenvolvimento não contribui para o crescimento econômico e proporciona ainda mais as condições para o aumento do desmatamento.

No cenário mundial, estamos iniciando uma alteração profunda em nossa economia. Com a necessidade urgente de mitigação das mudanças climáticas, o mundo está aumentando a abrangência do mercado de bens e serviços e começa a incorporar valor econômico à conservação florestal e à redução de emissões de gases do efeito estufa.

O aquecimento global e as mudanças climáticas são hoje a maior ameaça ambiental que a humanidade tem pela frente. A comprovação científica não deixa mais dúvidas de que o homem é o principal causador deste processo. As emissões mundiais de gases do efeito estufa (GEE), resultantes das atividades humanas, aumentaram em 70% nas últimas décadas. Eventos climáticos extremos como furacões, ciclones, chuvas torrenciais e secas severas já afetam o modo de vida de milhões de pessoas ao redor do planeta.



Mariano Colini Cenamo
secretário executivo do Idesam

O desmatamento das florestas tropicais é responsável por cerca de 20% das emissões mundiais de GEE. No Brasil, o desmatamento representa cerca de 75% das emissões nacionais. A destruição da Amazônia emite mais carbono que toda nossa frota de automóveis, usinas de energia e processos industriais. Isso sem contar os imensos prejuízos em termos de biodiversidade, alterações no sistema hidrológico e regime de chuvas.

Nosso Governo sempre enfrentou dificuldade em conter o desmatamento da Amazônia. Medidas recentes adotadas – principalmente baseadas em ações de comando e controle – tem demonstrado resultados positivos, mas o desmatamento continua a avançar. É preciso repensar as estratégias de desenvolvimento para a região que abriga a maior biodiversidade e o maior estoque de “carbono verde”. A lógica do desmatamento é racional e econômica: a floresta derrubada para produção agrícola gera renda, ao passo que manter a floresta em pé gera custos. Enquanto não invertermos essa lógica perversa do desmatamento, estaremos sempre fadados a uma batalha que dificilmente iremos vencer.

O Idesam vê nesse paradigma o maior desafio e oportunidade para a conservação da Amazônia: conciliar os interesses locais e nacionais de desenvolvimento com a necessidade e oportunidade urgentes de conservação da floresta para a mitigação das mudanças climáticas globais.

Em 2008 o mercado de carbono movimentou algo em torno de US\$120 bilhões. Paradoxalmente, os créditos de carbono florestal tiveram mínima participação neste volume, cerca de US\$ 225,5 milhões, ou pouco mais de 0,18% – quase que restritos a projetos de reflorestamento. Os créditos de carbono gerados pela redução de emissões do desmatamento – REDD (ou desmatamento evitado) sempre estiveram excluídos do mercado. Felizmente, esse cenário está mudando. Hoje é eminente a consolidação de mecanismos de carbono para conservar a floresta em pé, e o Idesam teve participação importante nesse processo.

Ao coordenar a elaboração e validação da metodologia para quantificação de carbono e do Documento de Concepção do Projeto de RED da RDS do Juma, o Idesam abriu um novo precedente para projetos de REDD em escala mundial. O Projeto de RED da RDS do Juma foi o primeiro projeto do Brasil – e segundo no mundo – a ser validado pelos padrões CCB (Clima Comunidade e Biodiversidade) na modalidade de REDD. Sua validação passou por um processo intenso e rigoroso de construção científica e metodológica, que permitiu criar um exemplo replicável para elaboração de projetos de REDD. Por conta disso, o projeto do Juma é citado, hoje, como referência mundial.

O Idesam acredita que estes são os caminhos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Através de seus programas, atividades e projetos, seu objetivo tem sido buscar modelos que permitam atingir a conciliação de um futuro em harmonia entre o homem e a natureza, para o desenvolvimento sustentável no meio ambiente amazônico.

Mariano Colini Cenamo
secretário executivo do Idesam

SUMÁRIO

	O Idesam	6
	Missão	7
	Estrutura institucional do Idesam	8
1.	Programa Mudanças Climáticas	10
1.1	Sul do Amazonas	12
1.2	Projeto-piloto para a região do Apuí	13
1.3	Projeto de estruturação da “Iniciativa Amazonas	15
	Locais de atuação do programa	16
1.4	Projeto de RED da RDS do Juma	19
1.5	Projeto ferrovia x BR-319	20
2.	Programa Unidades de Conservação	22
2.1	Projeto de ordenamento e gestão de UC	23
2.2	Projeto co-gestão da RDS do Uatumã	25
	Atividades apoiadas pelo Idesam	32
	Projeto de manejo dos recursos naturais em UCs	33
	Programa Bolsa Floresta	34
3.	Programa Manejo dos Recursos Naturais	36
3.1	Projeto Idesam e Tropical Forest Trust	37
3.2	O plano e ação para o comércio de madeira da U.E	38
3.3	Programa de apoio à certificação florestal	38
	Demonstrativo financeiro do Idesam 2007	40
	Demonstrativo financeiro do Idesam 2008	41





O IDESAM

O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 2004, com sede em Manaus, capital do estado do Amazonas.

O Idesam é dirigido sob regime de direito privado e administrado por um conselho autônomo, composto por representantes da sociedade civil com renomada atuação na Amazônia e que trabalham de forma voluntária na administração do Instituto.

“... conservação dos recursos naturais, a manutenção do equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.”



MISSÃO

“O Idesam tem por missão a promoção da conservação dos recursos naturais, a manutenção do equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.”

Os profissionais do Idesam atuam na coordenação e execução de projetos, pesquisas e estudos científicos voltados à conservação e o desenvolvimento sustentável para a região amazônica.

A produção científica é disponibilizada por meio de publicações técnicas, apresentações e participações em congressos e cursos como forma de estimular a discussão e o debate na busca de soluções criativas, originais e apropriadas aos problemas ambientais e sociais da Amazônia. Alia-se a isto, a promoção, a formação e a capacitação de recursos humanos nas áreas de atuação do Instituto.

Os recursos financeiros do Idesam são obtidos por meio de doações e contratos de pesquisa e são investidos em programas focados na prevenção e redução do desmatamento, mitigação das mudanças climáticas, erradicação da pobreza, promoção da conservação florestal e manejo dos recursos naturais. Todas as atividades, programas e fundos arrecadados pelo Instituto são monitorados por conselhos e auditorias independentes.



estrutura institucional do Idesam

PRESIDENTE

Marcos Coutinho (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pantanal)

VICE-PRESIDENTE

Carlos Bueno (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – Inpa)

CONSELHO DIRETOR

Elisa Wandelli (Embrapa)

Marcos Coutinho (Embrapa Pantanal)

Carlos Bueno (Inpa)

CONSELHO CONSULTIVO

Domingos Macedo (CEUC/SDS)

Marcelo Marquesini (Greenpeace)

Paulo Moutinho (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam)

Paulo Nogueira Neto (Universidade de São Paulo – USP)

Philip Fearnside (Inpa)

Roberto Borges (Forest Trends)

Thomas Lovejoy (Heinz Center)

Tim van Eldik (Precious Woods Amazon – PWA)

Werner Grau Neto (Pinheiro Neto Advogados)

DIRETORIA EXECUTIVA

Secretário Executivo

Mariano Colini Cenamo

Coordenador Administrativo

Carlos Gabriel Koury

Além dos conselhos, o Idesam possui sua estrutura executora dividida em programas, composto por corpo técnico e administrativo.

**SECRETARIA
EXECUTIVA**

**SECRETÁRIO EXECUTIVO
MARIANO CENAMO**

**COORDENADOR
ADMINISTRATIVO
CARLOS G. KOURY**

PROGRAMA
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS
& SERVIÇOS
AMBIENTAIS

SUB-PROGRAMA
SUL DO AMAZONAS

PROJETO PILOTO PARA A
REGIÃO DO APUÍ

SUB-PROGRAMA POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA

SUBPROGRAMA DE
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

PROGRAMA
UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO

SUB-PROGRAMA ORDENAMENTO
E GESTÃO DE UCS

CO-GESTÃO
RDS DO UATUMÃ

PROGRAMA
MANEJO DOS
RECURSOS
NATURAIS

PROJETO IDESAM E TROPICAL
FOREST TRUST

UNIDADE
ADMINISTRATIVA

EQUIPE TÉCNICA

PROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Coordenador
Carlos Gabriel Koury
carlosgabriel@idesam.org.br

André Luiz Menezes de Vianna
andre.vianna@idesam.org.br

Camila Carla de Freitas
camila.freitas@idesam.org.br

Danielly da Mata
danielly.mata@idesam.org.br

Eduardo Rizzo
eduardo.rizzo@idesam.org.br

ADMINISTRATIVO

Tatiane Printes (gerente administrativo)
tatiane.printes@idesam.org.br

Lorena Castro (assistente administrativo)
lorena.castro@idesam.org.br

PROGRAMA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Coordenador
Mariano Cenamo
mariano@idesam.org.br

Gabriel Cardoso Carrero
gabriel.carrero@idesam.org.br

Mariana Nogueira Pavan
mn.pavan@idesam.org.br

Pedro Soares
pedro.soares@idesam.org.br

PROGRAMA MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

Flavio Murilo Guiera
f.guiera@idesam.org.br

Cristian Rau Stoltemberg
cristian@idesam.org.br



.01

programa
mudanças
climáticas

1 - PROGRAMA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS (PMC)

O Programa de Mudanças Climáticas busca a criação e o uso de mecanismos e instrumentos de pagamentos por serviços ambientais como estratégia para redução do desmatamento e promoção da conservação florestal. Seus projetos são focados no desenvolvimento de atividades de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e de reflorestamento no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), destinadas ao mercado voluntário de carbono e/ou instrumentos correlatos a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O Idesam participa ativamente nas Conferências das Partes (COP) da UNFCCC tendo como foco principal as negociações sobre florestas e clima. Por conta de sua crescente participação nos debates sobre o tema, desde 2007 o Idesam é entidade observadora oficial registrada na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), organizando e participando de *side-events*, painéis e debates.

O Idesam dá suporte técnico e científico ao Governo do Estado do Amazonas na formulação e implantação de sua Política Estadual de Mudanças Climáticas e Pagamento por Serviços

Ambientais, em vigor desde 2005. Sendo a principal instituição parceira no processo de desenvolvimento da “Iniciativa Amazonas”, a atuação do Instituto foi fundamental para o desenvolvimento da primeira lei estadual promulgada no País com o tema mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

PARCEIROS



OBJETIVOS

- 1) Promover o diálogo entre governos e os atores locais sobre iniciativas positivas para a conservação da floresta e atividades de reflorestamento associadas ao pagamento por serviços ambientais (PSA) no contexto da UNFCCC e dos mercados voluntários de carbono;
- 2) Apoiar estudos técnicos na estruturação de projetos e iniciativas de redução das emissões do desmatamento (REDD) e atividades de reflorestamento na região;
- 3) Reforçar a capacidade institucional do Idesam e demais instituições atuantes na região, para expandir o trabalho de criação e implementação de políticas e programas de mudanças climáticas no estado do Amazonas.

ATIVIDADES PRINCIPAIS

- 1) Elaboração de diagnósticos socioambientais, econômicos e fundiários para definição de estratégias na redução de desmatamento e recuperação de áreas degradadas na Amazônia;
- 2) Estabelecimento de canais de diálogo técnico e político sobre a conservação florestal, o desmatamento e o papel dos serviços ambientais para a mitigação das mudanças climáticas;
- 3) Desenvolvimento de estudos de viabilidade e articulação institucional para a estruturação de iniciativas e projetos de REDD no sul do Estado do Amazonas.

SUBPROGRAMAS

1.1) SUL DO AMAZONAS

Desde 2006, o Idesam busca estabelecer um arcabouço legal e institucional necessário para a implementação de projetos de REDD no Amazonas. O objetivo é realizar estudos para identificação de oportunidades e implementação de projetos e iniciativas de REDD para a região. É importante o direcionamento dessas ações nessa região onde os direitos sobre a propriedade da terra, seus produtos e serviços ambientais não são claramente definidos, tendo em vista a complicada situação de desordem fundiária existente no Estado.

Através de uma parceria com a “Fundação Bluemoon” (Bluemoon Fund), o projeto REDD: estudo de oportunidades para o sul do Amazonas desenvolve diagnósticos na região, voltados ao desenvolvimento de iniciativas e projetos de REDD, que venham a criar mecanismos para a redução do desmatamento através de incentivos positivos para conservação florestal.

O projeto abrange inicialmente os municípios de Apuí, Boca do Acre, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã.



Reflorestamento de Teca e café sombreado, no Apuí, AM.



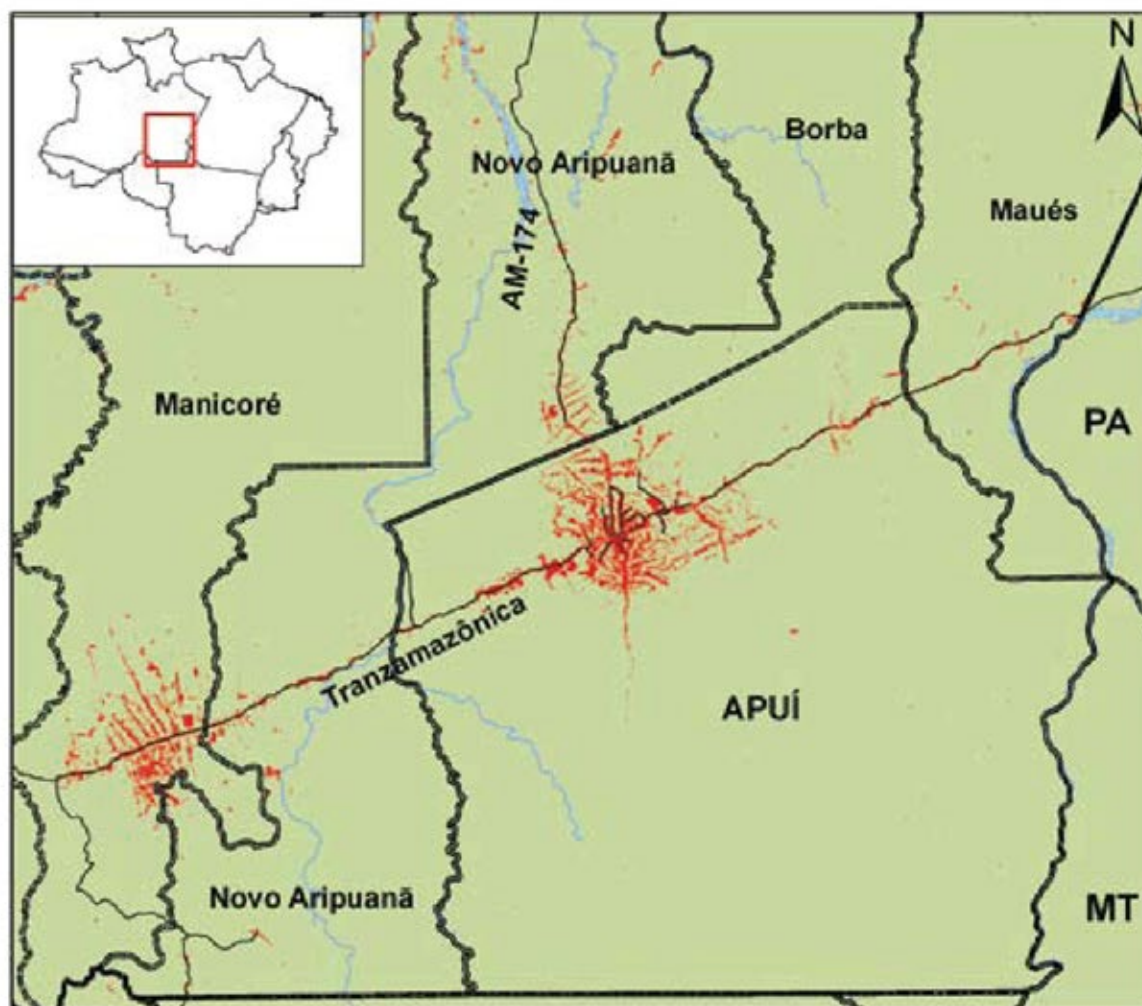
1.2) PROJETO-PILOTO PARA A REGIÃO DO APUÍ

Desde 2006 o Idesam desenvolve uma proposta para a criação de um Projeto de Redução do Desmatamento e Pagamento por Serviços Ambientais no Apuí. Esta proposta consiste no desenho e implantação de atividades para conter o avanço do desmatamento e promover a recuperação de áreas degradadas. O foco das ações é o município de Apuí, no sul do Estado do Amazonas, à beira da rodovia Transamazônica, uma das fronteiras mais críticas do desmatamento.

O projeto-piloto do Apuí, que foi iniciado através de uma parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), conta com o apoio da Fundação Gordon & Betty Moore. O objetivo da parceria foi a realização de estudos de identificação de áreas viáveis para a implementação do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí, bem como as propriedades rurais existentes no município.

Para tanto, foram realizados diagnósticos sócio-econômicos e ambientais detalhados para o entendimento da dinâmica do desmatamento no município e em seu entorno. Foram realizados, ainda, cálculos dos custos de produção e rentabilidade das atividades econômicas desenvolvidas na região e que formam novos vetores com a evolução da fronteira do desmatamento.

REGIÃO DO APUÍ



Tais informações serviram de base para elaboração de uma proposta de adoção de medidas que consigam conciliar o desenvolvimento econômico local com a preservação da paisagem com o incentivo de usos dos produtos florestais mostrando a sua rentabilidade frente às atividades produtivas extensivas.

Os trabalhos realizados pelo Idesam no sul do Amazonas foram reconhecidos e dignos da 1ª colocação na categoria ambiental do “Prêmio da Amazônia Prof. Samuel Benchimol 2006”, na categoria “projeto em desenvolvimento”.

No início de 2008, o Instituto obteve um novo patrocínio junto à Fundação Avina para promover o arranjo sócio-produtivo das propriedades rurais do município de Apuí. A iniciativa visa implementar um pacto para a redução do desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável no município. Apesar de ainda estar em fase de desenvolvimento, o programa já gerou diversos resultados, principalmente relacionados à organização e articulação dos atores locais em torno dos objetivos previstos.

No segundo semestre de 2008 iniciou-se uma nova etapa para o sul do Amazonas, desta vez com a parceria da Fundação Bluemoon, visando estender o projeto realizado no Apuí para outros municípios da região.

1.3) PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA “INICIATIVA AMAZONAS”

Através de um termo de cooperação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), o Idesam coordenou o Plano de Estruturação da “Iniciativa Amazonas”¹. Os trabalhos envolveram diversas instituições no estabelecimento de um marco técnico, legal e institucional para a implementação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais para a compensação por reduções de emissões de carbono do desmatamento.

A iniciativa contou com um comitê consultivo formado por especialistas de diversas áreas e instituições que realizaram estudos e análises em diversas áreas como modelagem, aspectos jurídicos, análise econômica, estudo de custo de oportunidade da terra, quantificação de carbono e custos de implementação de Unidades de Conservação (UCs). Estes estudos fornecem a base teórica e técnica necessária para a estruturação do programa.

Como resultados desse processo foram criadas e assinadas a Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei 3135/07) e a Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (Lei complementar 53/07), criaram o arcabouço legal que possibilitou a implementação dos mecanismos previstos na “Iniciativa Amazonas”.

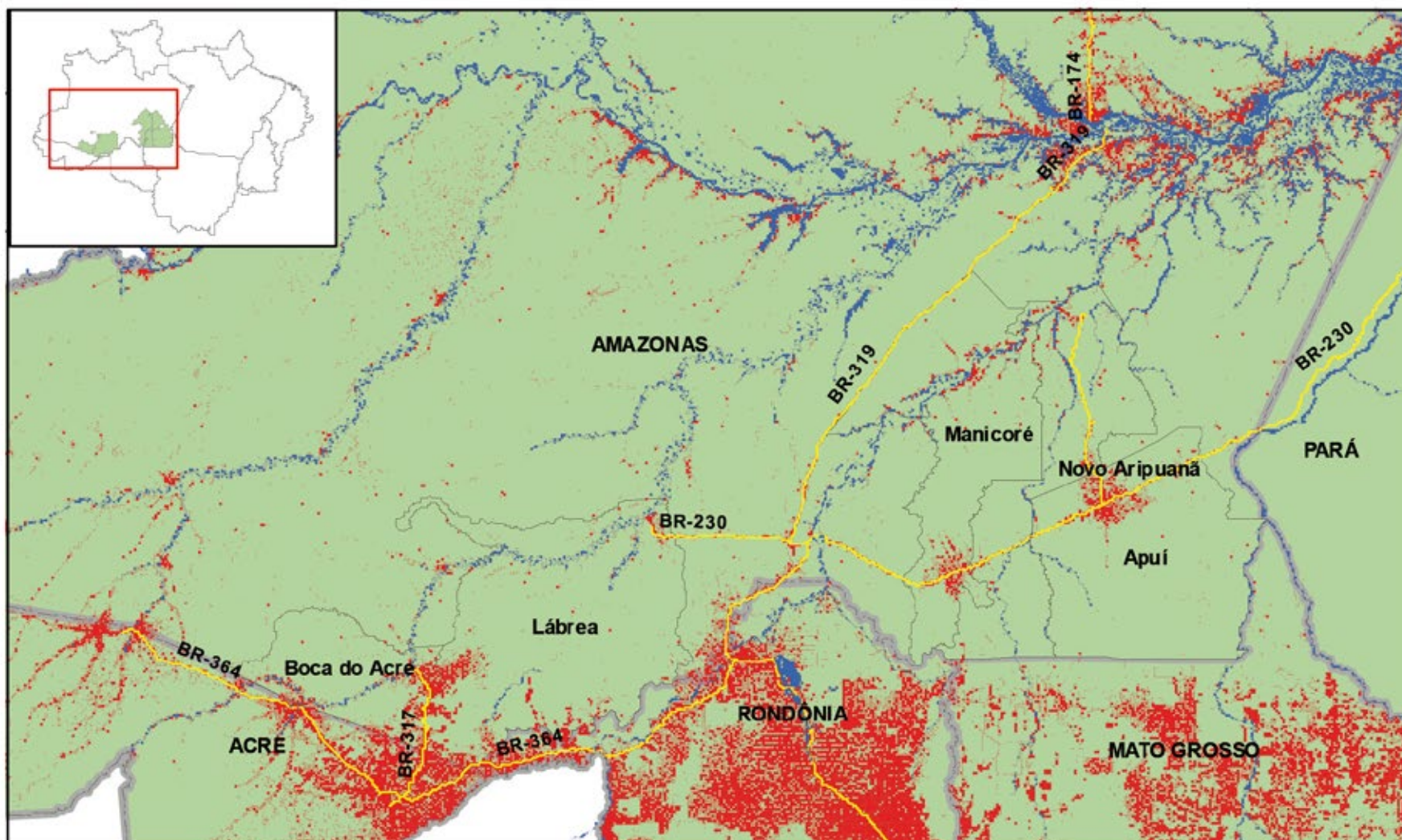
O instrumento final da Iniciativa Amazonas foi criação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS)², uma fundação pública de direito privado, regida por uma estrutura de conselhos com a participação de membros de diversos setores da sociedade. A FAS possui o mandato legal para gerenciar os serviços ambientais de todas as UCs Estaduais do Amazonas tais como as negociações para redução de emissões do desmatamento previstas no REDD, conservação de estoques de carbono, manutenção da biodiversidade e a geração de chuva e os processos hídricos associados.



1 A “Iniciativa Amazonas” teve como parceiros: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), Conservação Estratégica (CSF), Banco Mundial, Center for International Forestry Research (CIFOR) e Pinheiro Neto Advogados

2 Para mais informações, visitar o website da FAS:
<http://www.fas-amazonas.org>

LOCAIS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA





O TRABALHO DO IDESAM

O TRABALHO DO IDESAM

O Idesam foi o responsável pela coordenação técnica da produção do Documento de Concepção do Projeto (DCP) – que demonstra como o projeto será implementado e estima as reduções de emissões e benefícios adicionais para a biodiversidade e as comunidades envolvidas no âmbito do projeto.

O Idesam, em parceria com a FAS e a Carbon Decisions elaborou a metodologia para estabelecimento do cenário de linha de base, quantificação e monitoramento das reduções de emissões de carbono do projeto, necessários para sua validação.

O Instituto acredita que a valorização da floresta em pé é fundamental para a mitigação das mudanças climáticas e manutenção do equilíbrio hidrológico global. Este projeto é essencial para inclusão das florestas no âmbito das negociações da Convenção do clima sobre REDD e nos mercados voluntários de carbono.

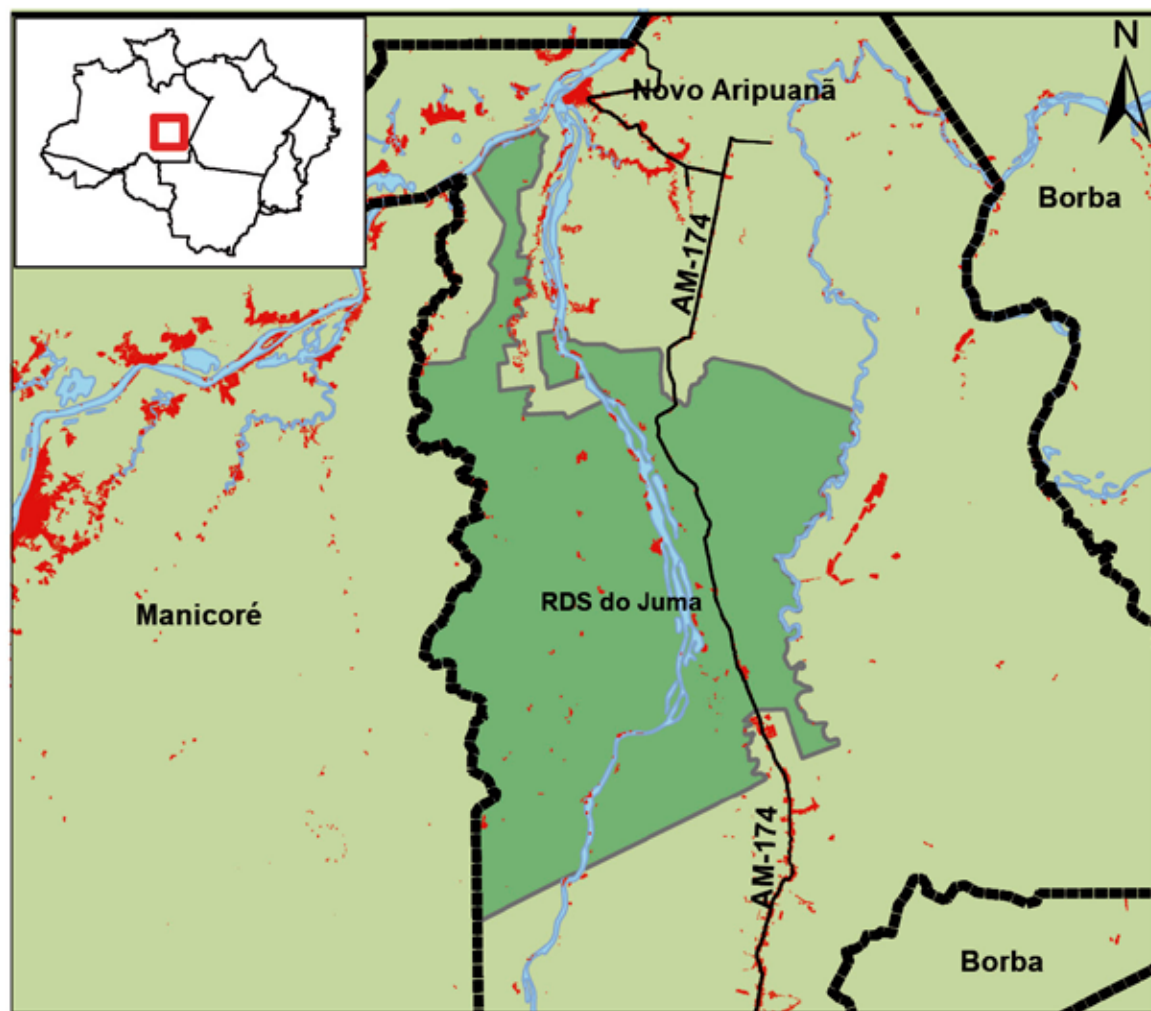
O Projeto de RED da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma, implementado no município de Novo Aripuanã, foi o primeiro do Brasil a ser validado pelos padrões da Aliança Climate, Community and Biodiversity (CCBA).

Certificado pela empresa alemã Tüv-Sud o projeto é o primeiro do mundo a receber "Status Ouro" do CCB e prevê ainda a validação e registro no "Voluntary Carbon Standards" (VCS).

O projeto conta ainda com a participação de um comitê científico composto por especialistas de instituições renomadas, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o escritório de advocacia Pinheiro Neto Advogados e a empresa de consultoria Carbon Decisions.



RDS DO JUMA



1.4) PROJETO DE RED DA RDS DO JUMA

O suporte técnico do projeto de RED da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma, implementado no município de Novo Aripuanã, na região Sul do Amazonas, é de responsabilidade do Idesam.

O projeto é fruto da parceria entre a Fundação Amazonas Sustentável – FAS, Governo Estadual e rede de hotéis Marriott International e prevê a contenção da emissão de aproximadamente 3,6 milhões de tCO₂ e que seriam geradas até 2016 devido à grilagem de terras, extração ilegal de madeira e desmatamento para produção de gado e soja.

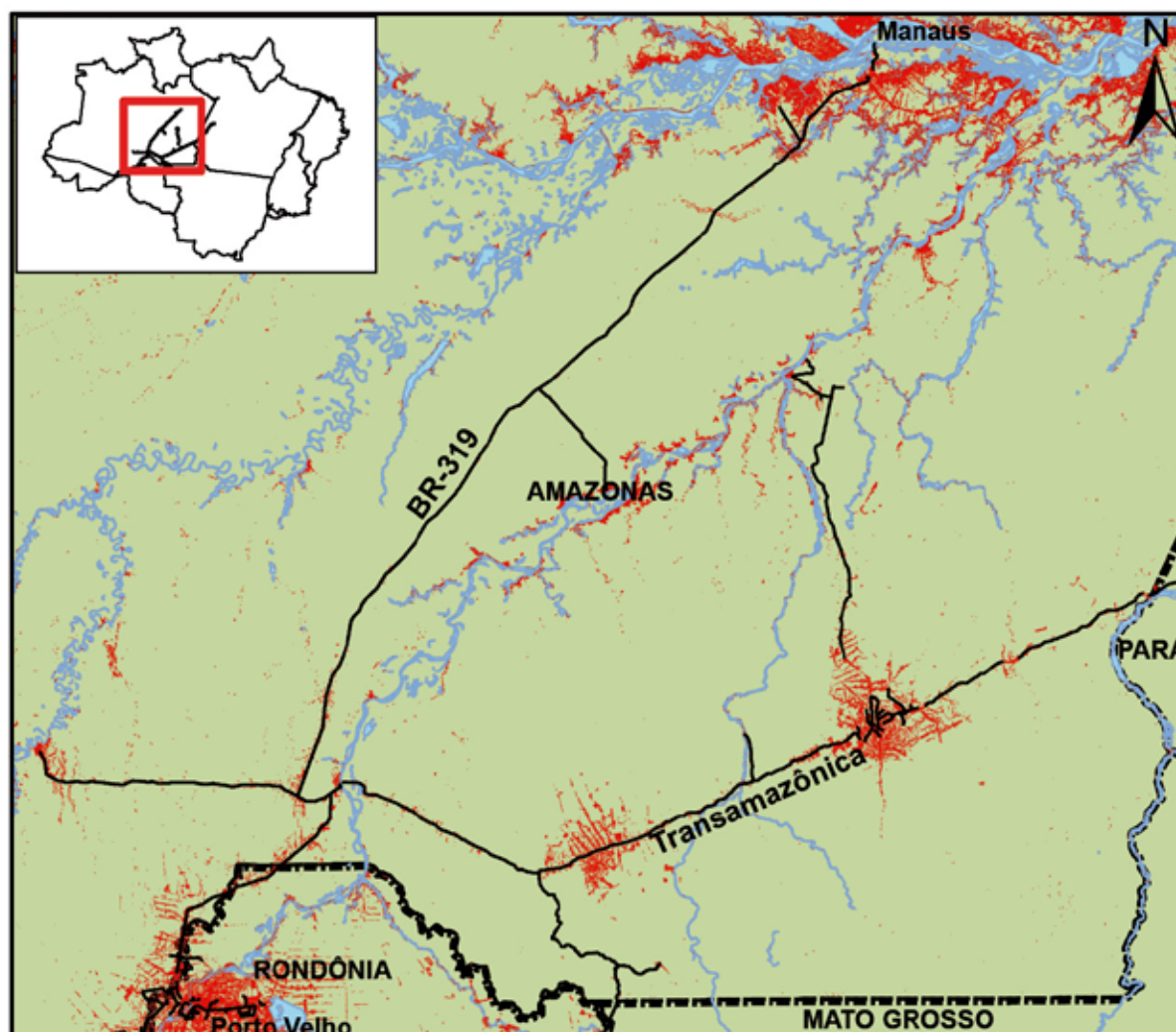
As reduções de emissões geradas serão transformadas em créditos de carbono, que poderão ser utilizados por hóspedes de Rede de Hotéis Marriott para compensar suas emissões. Espera-se gerar cerca de 189,7 milhões de toneladas de créditos de CO₂ e até 2050.

1.5) PROJETO FERROVIA X BR-319

No início de 2007 foi anunciada a reconstrução da rodovia BR-319, para interligar as cidades de Manaus, no Amazonas, e Porto Velho, capital de Rondônia. A reabertura da estrada prevê impactos irreversíveis para as florestas do Amazonas. A pavimentação da BR-319 poderá acarretar em um desmatamento entre 5,1 a 44 milhões de hectares na Amazônia Legal (Fearnside et al, 2008; Soares-Filho et al 2006).

Paralelamente ao desmatamento, obras de infra-estrutura do porte da BR-319 devem gerar outros impactos sociais e ambientais, em particular no Amazonas. A grilagem de terras públicas é o mais comum destes impactos. Em decorrência deste crime de apropriação e comercialização de terras por meio da falsificação de documentos – ou até mesmo com a ausência deles, acentuam-se as disputas pela posse, resultando na expulsão forçada de famílias e até mesmo assassinatos.

Um dos reflexos negativos esperados a partir da pavimentação da BR-319 para a cidade de Manaus, segundo especialistas, será o grande aumento da população através da migração populacional, o que irá acarretar a sobrecarga dos sistemas de saúde e educação, violência urbana e problemas de tráfego, entre outros.



O Idesam acredita que o processo de reconstrução da BR-319 deve ser analisado e discutido de forma mais ampla com a sociedade, estudando principalmente alternativas de transporte mais econômicas e menos impactantes. Por este motivo, o instituto organizou em março de 2008, o debate “Ferrovia e BR-319: um Debate Necessário e Urgente para o Amazonas”. O evento levou ao público palestras de representantes de diversos setores³, governamentais e da sociedade civil. As apresentações e debates foram acompanhadas por mais de 200 participantes.

Um dos principais resultados da reunião foi a solicitação de um processo de discussão mais amplo sobre a BR-319. Após os debates foi formada uma aliança com diversas instituições sociais e ambientalistas³ para apresentar o tema durante as Conferências Estadual e Nacional de Meio Ambiente. Foram aprovadas, ainda, 3 novas propostas voltadas à paralisação das obras previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ficou defendido que, por conta do alto impacto ambiental e o potencial de gerar grandes emissões de gases do efeito estufa, o processo de licenciamento ambiental deveria se aprofundar no estudo de outras alternativas e modos de transporte. Diversas organizações presentes defenderam que as autoridades federais deveriam priorizar a utilização do modal ferroviário como estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, buscando minimizar ao máximo os efeitos de obras de infra-estrutura sobre a floresta.

A proposta de utilização da ferrovia como alternativa à BR-319 está apenas iniciando e acreditamos que esteja longe de uma decisão final. O Idesam participa ativamente destas discussões, na busca de apoiar um modelo que represente a melhor forma para o desenvolvimento sustentável e a conservação das florestas do Amazonas.



³ Governo Federal (MMA, MRE e MT); Governo do Amazonas (SDS e SECT); SUFRAMA; INPA, UFAM, COIAB, GTA, IPAM, FAS, DNIT, ANTT, ANTE, PRESERVE AMAZÔNIA, entre outros. Centro de Direitos Humanos (CDH) da Arquidiocese de Manaus, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas (COIAM), Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI) e a União dos Povos Indígenas de Manaus (UPIIM).



.02

programa
unidades de
conservação

2 – PROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Uma das principais estratégias para promover a conservação ambiental da Amazônia é a criação de Unidades de Conservação (UCs). Elas auxiliam o ordenamento territorial, ajudando a conter a grilagem de terras e garantem os direitos dos moradores tradicionais da Amazônia. Além disso, promovem a conservação dos recursos naturais, através de seu uso sensato e controlado, garantindo a segurança do patrimônio genético da maior floresta tropical do planeta, preservando sua função hidrológica promovendo a regulação das chuvas, das massas de umidade e do clima local e global.

O Programa Unidades de Conservação do Idesam desenvolve estudos e projetos para subsidiar a implantação e consolidação de UCs. A implantação garante que as regras de uso da reserva funcionem e que os benefícios cheguem aos moradores e à natureza. Neste sentido, o Idesam trabalha na definição de estratégias para a efetivação dessas áreas protegidas, através de estudos de análise de custos operacionais e propostas de políticas e normas legais adequadas a realidade das mesmas. Desde 2006, o Idesam assumiu papel de maior destaque na consolidação de Unidades de Conservação do Amazonas, a partir da ação direta em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) localizada no médio Amazonas, a RDS do Uatumã.

SUBPROGRAMAS

2.1) PROJETO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DE UC

Em meio à discussão sobre a utilização do mecanismo de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), que traduz o esforço de países com áreas florestadas preservadas em ser reconhecido como colaborador no aquecimento global, somado aos trabalhos de valoração da floresta em pé e o trabalho de remuneração pelos serviços que a floresta presta a humanidade, surgiram questões fundamentais: Qual o real custo de se manter as áreas protegidas para o Estado do Amazonas? Qual o preço da remuneração sobre os serviços ambientais das florestas em UCs para cobrir o custos que os órgãos gestores das Unidades de Conservação tem para implantá-las? Qual o custo de mantê-las cumprindo sua função ambiental, climática e o reconhecimento das comunidades e dos moradores através de ações práticas voltadas a promoção social, geração de renda a partir de fontes extrativistas e melhoria da qualidade de vida?

Assim, a determinação do custo de implantação das Unidades de Conservação do Estado se tornou objetivo de um projeto entre Idesam e a ONG Conservação Estratégica (CSF), buscando quantificar financeiramente os esforços governamentais para a consolidação do Programa Estadual de Unidades de Conservação.

Os resultados deste trabalho devem ser conhecidos em 2009 e permitirão a estruturação/ampliação de ações político-administrativas para destinação de recursos à gestão das UCs no Amazonas. Da mesma forma, o planejamento estratégico determinará, dentro de um panorama de previsão orçamentária sempre menor do que o montante necessário, objetivar o investimento, aplicando-o em ações de maior ressonância para o mosaico de 41 Unidades de Conservação do Amazonas.





2.2) PROJETO CO-GESTÃO DA RDS DO UATUMÃ

O Estado do Amazonas tem adotado uma política de caráter bastante positivo para a criação e implementação das UCs. Nos últimos cinco anos, foram criados cerca de 10 milhões de hectares de novas áreas protegidas. A criação das 34 Unidades de Conservação até 2008, apresenta-se como uma resposta governamental perante as demandas dos moradores locais e movimentos organizados do Estado. Também abre espaço para a sociedade civil atuar diretamente na tomada de decisão e gestão dessas áreas.

Desde 2006 o Idesam foca sua atuação na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, onde desenvolveu o Plano de Gestão da Unidade de Conservação, “documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da Unidade de Conservação, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação da estrutura física necessária à gestão da Unidade” (SEUC, 2007). O projeto contou com o apoio financeiro do WWF-Brasil.

Diante desta realidade, em março de 2008 foi firmado um convênio entre a SDS/CEUC e o Idesam para a Gestão Compartilhada da RDS do Uatumã. A cooperação técnica assinada juntamente com os órgãos governamentais tem por objetivo somar forças e compartilhar responsabilidades, proporcionando ao Instituto

a oportunidade de aplicar sua visão inovadora para a promoção da organização social e qualidade de vida, bem como a geração de renda a partir do manejo sustentável dos recursos naturais pelos moradores da reserva, preparando-os para ampliar o poder político comunitário na gestão da RDS do Uatumã.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã foi criada em 17 de junho de 2004, tem extensão territorial de 424.430 hectares e está localizada a 184 quilômetros (em linha reta) da cidade de Manaus. Seu território abrange os municípios de Itapiranga e São Sebastião do Uatumã. Atualmente a RDS do Uatumã é habitada por cerca de 256 famílias, dispostas em 20 comunidades distribuídas ao longo dos rios Uatumã, Jatapú e seus afluentes.

As comunidades tradicionais que habitam a região vivem em dependência e sintonia com o local. Elas tem a base do seu sustento na produção agro-extrativista, com destaque para a produção da farinha, pesca artesanal e extrativismo vegetal – cupuaçu, bacaba, açaí, castanha-do-brasil, diversas variedades de breu, andiroba, copaíba, babaçu, tucumã, cipós e fibras.

RDS DO UATUMÃ



A fauna da Reserva possui características ímpares. Um de seus destaques é a ocorrência do mico (*Saguinus martinsi ochraceus*). Uma espécie pouco conhecida pela população e que nesta região só é visualizada na margem esquerda do Rio Jatapú. A RDS do Uatumã é também habitat de mamíferos em risco de extinção, com destaque para a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), a onça pintada (*Panthera onca*), o tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a lontra (*Lontra longicaudis*) e a ariranha (*Pteronura brasiliensis*). As águas escuras de seus rios e afluentes abrigam grande variedade de peixes e animais aquáticos, com destaque para o Tucunaré (*Cichla sp.*) – maior atrativo turístico local através da pesca esportiva.

A primeira atividade do Idesam na Unidade do Uatumã foi identificar as ações prioritárias para a Reserva e seus moradores, o que melhorou a compreensão da Unidade de Conservação e sua relação com moradores, poder público (municipal, estadual e federal) e usuários externos. Este diagnóstico fundamentou a articulação entre o Idesam, moradores e Governo Estadual para a formulação de resoluções e encaminhamentos dos temas emergenciais da Reserva.

O Plano de Gestão da RDS do Uatumã entrou na fase de validação para consulta pública no final do segundo semestre de 2008 sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo na reunião do dia 12 de dezembro. Sua realização foi baseada no “Roteiro para a Elaboração de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estaduais” (SDS & GTZ 2005). Durante sua execução, diagnósticos biológicos, sócio-econômicos e biofísicos definiram as principais características para a Reserva e o seu entorno.

Todo o processo teve participação efetiva dos moradores locais que auxiliaram no mapeamento das áreas, nos diagnósticos biológicos e no compartilhamento de informações sócio-econômicas. Informações que serviram para determinar as áreas de uso direto, manejo e preservação no zoneamento da RDS.

PARCEIROS



2ª FASE DA GESTÃO DA UC

Ações previstas nos Programas de Gestão que terão participação do Idesam na efetivação da RDS do Uatumã:

- Empoderamento Social;
- Organização social;
- Preparação em Associativismo e Cooperativismo;
- Capacitação gerencial;
- Consolidação junto aos moradores locais das regras locais, formas de participação e estruturação social para envolvimento na tomada de decisão da gestão da UC;
- Melhoria do acesso a saúde e educação;
- Promoção de ações de esporte e lazer para os moradores da RDS.
- Geração de renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais;
- Elaboração do Plano de Manejo Florestal Comunitário para cada uma das comunidades da Reserva interessadas no manejo madeireiro, desenvolvendo programas de capacitação comunitária para a atividade aplicando a visão do ‘uso múltiplo’ para o planejamento extrativista;
- Expansão da produção extrativista com regularização da atividade e aplicação de formas de beneficiamento adequadas à realidade comunitária, buscando novos mercados justos e de comércio solidário;
- Gestão e monitoramento da produção pesqueira, da piscicultura e criação de peixes, e do manejo de peixes ornamentais.
- Implementar programas de pesquisa e monitoramento da biodiversidade;
- Implantação de Parcelas Permanentes e do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (Probuca), desenvolvendo estratégias de participação comunitária no monitoramento e aplicando o monitoramento em todas as cadeias produtivas presentes na RDS: madeireira, não-madeireira, pesca e caça para consumo, pesca esportiva e demais espécies da fauna local.

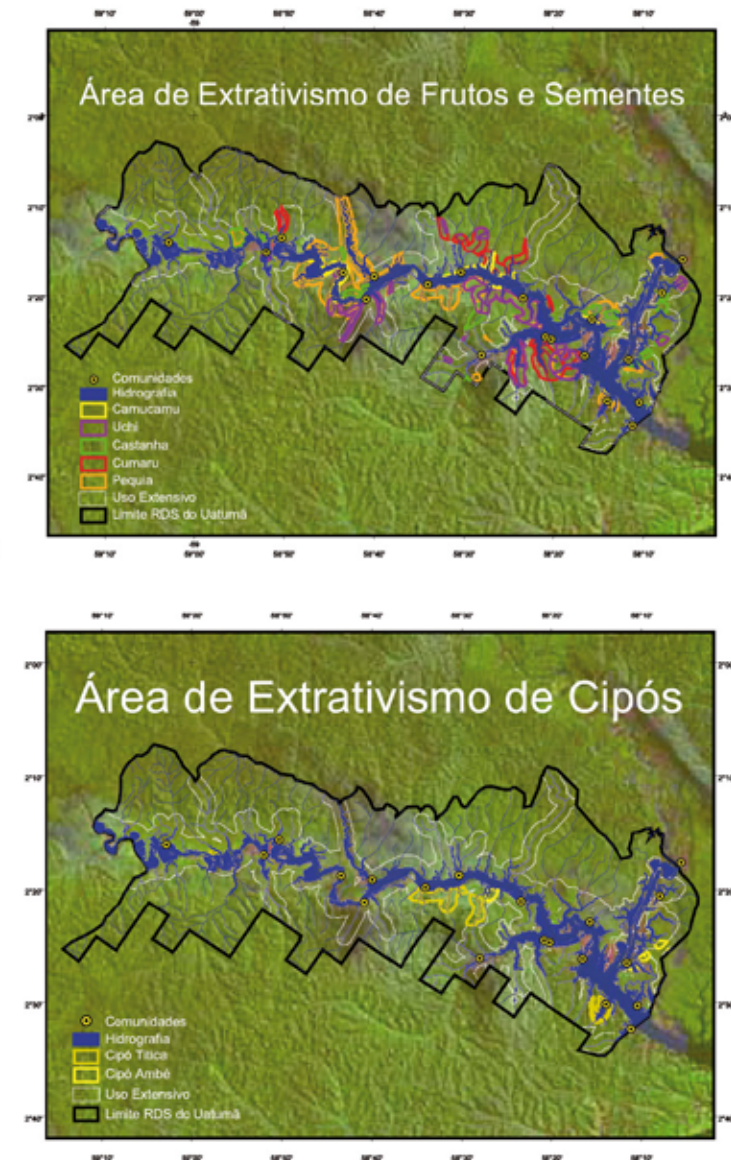


- Promoção do ecoturismo:
- Desenvolvimento do turismo socioambiental através da troca de experiências com o turista, vivência práticas comunitárias, acompanhamento da produção agrícola, extrativista e as atividades de manejo florestal;
- Fortalecimento comunitário e regularização turística para que moradores possam receber e conduzir turistas na visitação e uso público;
- Estruturação para visitação: trilhas, percursos fluviais e arvorismo, entreposto turístico, pousadas comunitárias, sistemas de comunicação e segurança;
- Organização e monitoramento da pesca esportiva;
- Efetivação da Instrução Normativa para taxação da visitação pública, subsidiando a sustentabilidade financeira da RDS do Uatumã a partir da entrada de recursos provenientes do turismo.

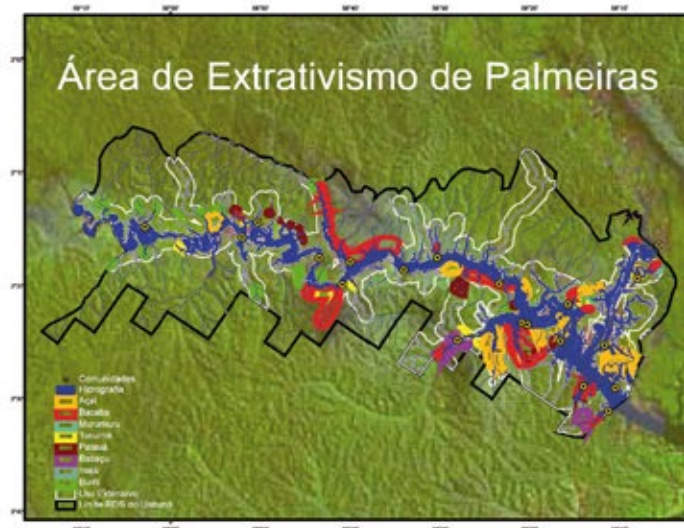
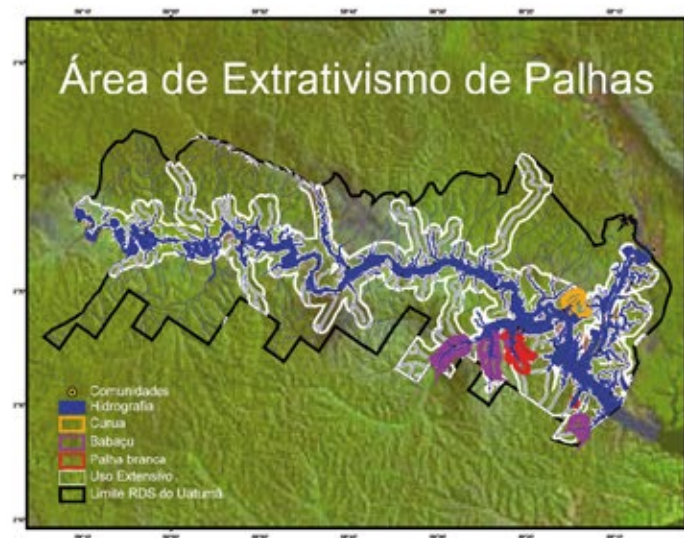
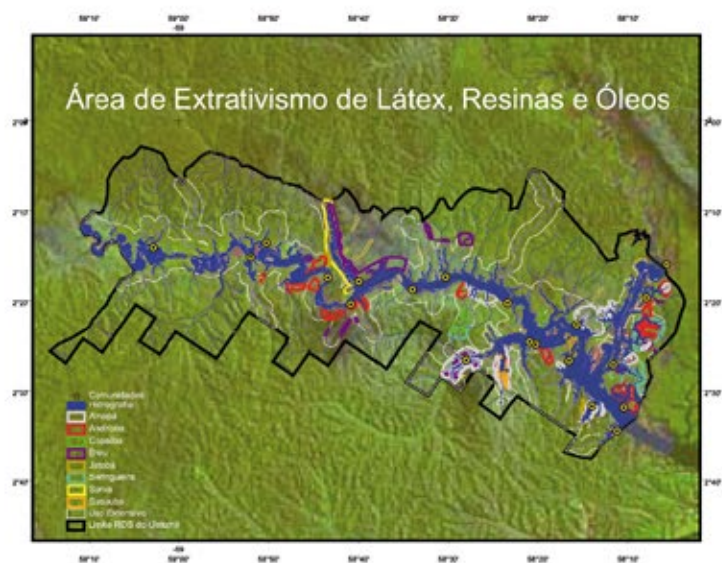
Por seus atrativos naturais, logísticos, pesqueiros e socioculturais o turismo apresenta-se como elemento chave nas atividades sustentáveis da RDS do Uatumã. O “Projeto Conservação e Turismo na RDS do Uatumã”, aprovado pela Bolsa de Valores Sociais e Ambientais da Bovespa (BVS&A), apóia o ordenamento turístico e a organização comunitária. Com ele será possível a elaboração do Plano de Uso Público da RDS do Uatumã – documento que baseia a gestão da UC para o desenvolvimento do turismo.

Serão exploradas as potencialidades do ambiente direcionando as modalidades de turismo e visitação pública aptas para cada parte da reserva, respeitando suas características. A pesca esportiva, caminhadas (trekking), esportes de aventura (rafting, bóia-cross, arvorismo, rapel), turismo histórico (arqueologia, ocupação), e turismo científico.

O envolvimento comunitário é fundamental no desenvolvimento da atividade turística da RDS. Toda ação de planejamento turístico estará associada à capacitação e preparação das comunidades para a visitação e o uso público, fortalecendo a organização social e diálogo entre os moradores, associações e organismos governamentais para a plena efetivação do turismo sustentável, ecologicamente correto e socialmente justo na Reserva do Uatumã.

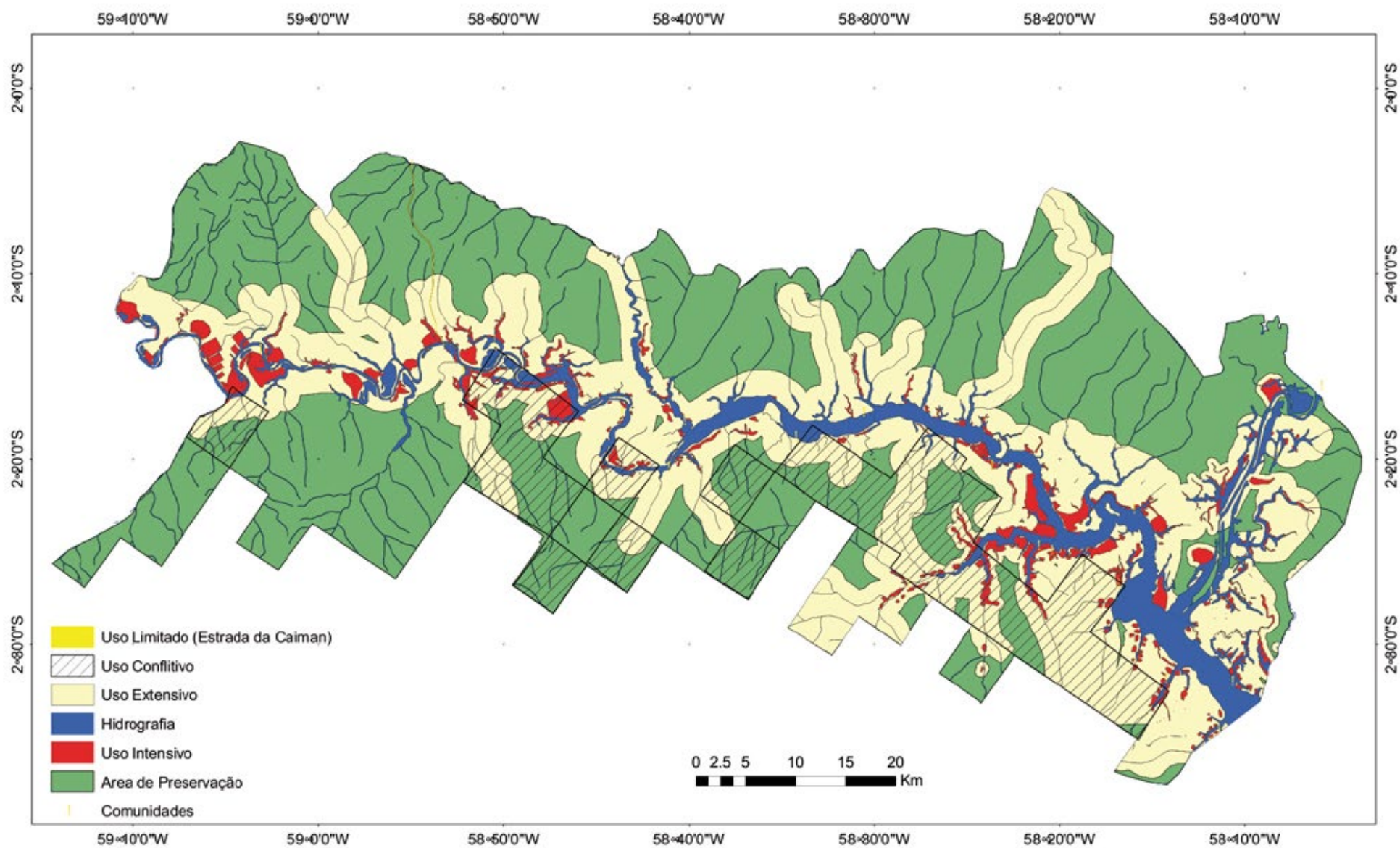


MAPEAMENTO PARTICIPATIVO



10 0 10 20 30 Km





ZONEAMENTO DO USO DO SOLO

ATIVIDADES APOIADAS PELO IDESAM

ATIVIDADES APOIADAS PELO IDESAM

01. A Criação da Associação Agroextrativista das Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (AARDSU): representação social local para articulação e luta por direitos, assim como canal de comunicação entre população e Idesam no planejamento dos projetos a serem implementados.
02. Programa Bolsa Floresta: Inclusão das famílias moradoras da Unidade de Conservação no Programa.
03. Regulação de entrada de pesca esportiva: instrução normativa que determina a taxa de entrada para realização da pesca esportiva na RDS do Uatumã e determina que, os recursos gerados com a entrada de turistas serão utilizados diretamente na Reserva, sendo a destinação do montante aplicado a partir de uma proposta apresentada pela Associação das Comunidades da Reserva e aprovada no Conselho Deliberativo da UC.
04. Pró-Chuva: instalação de coletores de água da chuva e caixas d'água nas casas dos moradores da RDS do Uatumã.
05. Programa da Reforma Agrária: primeiras famílias recebendo crédito alimentação e fomento – convênio INCRA.
06. Escola de ensino médio: projeto para instalação de escola na UC sendo discutido entre Fundação Amazonas Sustentável, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e prefeituras locais.



PROJETO DE MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS EM UCS

Reconhecendo que os moradores que habitavam a região onde hoje está a Reserva sempre utilizaram a floresta e seus recursos naturais e que seus hábitos tradicionais garantiram a preservação da floresta a ponto desta região ser reconhecida em 2004 como uma Unidade de Conservação, o Idesam tem a premissa de reconhecer o modo extrativista comunitário, levando somente as informações técnico-legais necessárias para a regularização e o licenciamento da atividade.

Dentro deste escopo, o Idesam tem buscado junto ao governo estadual, a análise e adequação da legislação de licenciamento do manejo dos recursos naturais em Unidades de Conservação, de forma a garantir que o extrativismo tenha destaque na geração de renda comunitária, sem ficar impedido pelas Instruções Normativas e práticas de licenciamento atuais.

O Programa de Manejo de Recursos Naturais da RDS do Uatumã promoverá o uso múltiplo madeireiro e não-madeireiro, ordenando a produção, licenciando toda a atividade extrativista, ampliando o leque de espécies comercializáveis e mantendo a base de sustentabilidade para o manejo e conservação pressupostos para estas ações em uma Unidade de Conservação.

Para isso o Idesam está com uma agenda de discussão e planejamento com o órgão gestor e licenciador do Estado para solucionar os entraves que permeiam a produção florestal em Unidades de Conservação, como a titularidade dos planos de manejo, a documentação fundiária e práticas de monitoramento e aproximação entre gestor, morador, agente licenciador e mercado consumidor. Nesta linha, as propostas apresentadas pelo Idesam para a gestão e manejo do uso dos recursos naturais estão sendo incorporadas à agenda do governo estadual para a regularização e normatização do manejo em UCs.

O aproveitamento dos recursos naturais madeireiros está iniciado em áreas de manejo da comunidade, totalizando 10.000 hectares de áreas manejáveis com potencial de produção anual de madeira de 10 mil metros cúbicos.

Por sua vez, a produção não-madeireira vem sendo planejada para o uso múltiplo em toda a área extrativista definida no zoneamento da Unidade de Conservação como Zona de Uso Extensivo. A definição de regras de uso e bom manejo, dos procedimentos produtivos e de comercialização assim como do sistema de monitoramento da atividade extrativista permitirá o uso em larga escala dos diversos produtos potenciais da RDS do Uatumã.



PROGRAMA BOLSA FLORESTA

Além das ações desenvolvidas na RDS do Uatumã, o Idesam tem participado dos fóruns de discussão e formação de políticas públicas voltadas às UCs do Amazonas. Atuou diretamente, juntamente com outros setores da sociedade organizada na formulação do Programa Bolsa Floresta. O programa pioneiro, levou benefício direto aos primeiros moradores do Amazonas que consentiram mergulhar em um novo modelo de vida, concordando que as áreas onde vivem se transformassem em Unidades de Conservação, mesmo sem a plena certeza do que este fato significaria no futuro de seu modo de vida.

Como resultado da parceria e das discussões sobre o Programa Bolsa Floresta, o apoio às moradores das UCs do Estado ficou estabelecido em diferentes categorias, sendo o primeiro – de menor escala – diretamente para as famílias, outro no apoio a organização social, um terceiro no estrutural comunitário – educação, luz, saneamento, comunicação – e o de fortalecimento das cadeias produtivas extrativistas, com apoio a instrumentalização e fortalecimento local dos moradores das Unidades de Conservação.

Após a definição do Programa, o Idesam foi a campo, numa parceria institucional com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) para o cadastramento das primeiras 2.000 famílias moradoras de seis Unidades de conservação do Estado: RDS do Uatumã, RDS do Uacari, RDS do Cujubim, RDS Mamirauá, RDS Piagaçu-Purus e Reserva Extrativista (ResEx) Catuá-Ipixuna.

A RDS do Uatumã foi a área piloto das atividades de campo do Programa Bolsa Floresta, onde aprimorou-se a metodologia e a estratégia de explicar ao morador das UCs Estaduais que eles passariam a receber uma ‘gratificação’ pelo seu modo de vida, modo este que garante um saldo positivo de emissões de carbono para a atmosfera. Foram importantes ajustes para esclarecer os moradores sobre como se dá a emissão de carbono para a atmosfera, assim como seus efeitos e qual o envolvimento de um morador de UC da Amazônia nesta pauta global. Somente após o pleno esclarecimento é que o morador opina se ele é favorável ou não a fazer parte do Programa Bolsa Floresta. Desta forma, Idesam e a RDS do Uatumã tiveram papel decisivo na formatação final neste programa. Após auxiliar na Fase I do Programa Bolsa Floresta, o Idesam auxiliou a conversão do PBF governamental para a gerência administrativa e executiva da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Finalizando, desde outubro de 2008, o Idesam tem atuado no Programa Bolsa Floresta somente nas atividades do Programa na RDS do Uatumã, auxiliando a implementação dos Programas Bolsa Floresta Associação – destinado a organização e fortalecimento comunitário – Bolsa Floresta Social – que no Uatumã apoiará o deslocamento emergencial comunitário (09 ‘ambulanchas’) e a comunicação comunitária com antenas de celular para as comunidades – e o Bolsa Floresta Renda que implementará uma mini-marcenaria, um projeto de piscicultura e a capacitação comunitária para produção agroflorestral, com agregação de valor na produção agrícola comunitária.





O IDESAM FAZ A DIFERENÇA

O IDESAM FAZ A DIFERENÇA

O Idesam participou diretamente no Programa Bolsa Floresta (PBF), instituído pelo governo do Amazonas em 2007. Ele faz parte do Programa Estadual de Mudanças Climáticas e tem como objetivo beneficiar as comunidades tradicionais do Amazonas que fazem o uso sustentável dos recursos naturais e promovem a conservação e proteção ambiental em suas áreas. Na primeira fase o programa foi implementado em seis Unidades de Conservação: RDS do Uatumã, RDS Piagaçu-Purus, RDS do Uacari, RDS do Mamirauá, RESEX do Catuá-Ipixuna e RDS do Cujubim.

O Idesam atuou na construção conceitual do PBF e na coordenação e operacionalização das atividades de campo iniciais da primeira fase do programa. Ficou a cargo do Instituto o levantamento sócio-ambiental e cadastramento in loco dos moradores; realização de oficinas de formação e sensibilização do Programa Bolsa Floresta e das Mudanças Climáticas Globais e ainda a formalização de acordo de compromisso entre comunitário e gover-

no do Amazonas para cumprimento das regras do Programa Bolsa Floresta pelos comunitários e repasse dos benefícios por parte do governo do Estado.

Foram realizadas 27 oficinas de formação nas seis Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo programa. Ao todo, foram cadastradas e atendidas pelo Idesam 2.106 famílias, que após passarem pelas oficinas, foram incluídas no PBF e começaram a receber valores monetários em recompensa pela preservação das áreas florestais onde estão instalados.

Atualmente, o PBF está sob responsabilidade e coordenação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que tem como meta estender o programa para mais oito UCs em 2008, atendendo outras 6.000 famílias.

O Idesam entende que sua missão de contribuição para o PBF já está cumprida e pretende continuar apoiando as ações desse programa somente no que se refere às atividades previstas para a RDS do Uatumã.



.03

programa
manejo dos
recursos
naturais

3) PROGRAMA MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

O Idesam acredita na produção de bens e serviços através do manejo dos recursos naturais como caminho fundamental para a conservação da floresta e a promoção do desenvolvimento econômico das populações tradicionais da Amazônia. Em função disso, o Instituto dedica seus esforços para que as comunidades que moram nas Unidades de Conservação – e também fora delas, possam melhorar sua capacidade de geração de renda aproveitando-se de forma eficiente e sustentável de recursos como a madeira, óleos, palhas, sementes e frutos.

Sendo assim, o Programa de Manejo dos Recursos Naturais é visto de forma transversal a todos os programas e atividades desenvolvidos pelo Instituto.

No intuito de consolidar a execução do Programa de Manejo de Recursos Naturais, o Idesam firmou uma importante parceria com o Tropical Forest Trust (TFT) para trazer ao Brasil o Plano de Ação para o Comércio de Madeira da União Européia (E.U. TTAP), uma iniciativa única de ligações de mercado, visando combater o comércio de madeira ilegal para a Europa.

SUBPROGRAMAS

3.1) PROJETO IDESAM E TROPICAL FOREST TRUST – TFT

O Tropical Forest Trust (TFT) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1999, com sede em Crassier, na Suíça, que tem trabalhado para conservar florestas tropicais através da promoção de práticas sustentáveis de manejo florestal e ligando estas florestas com as cadeias de abastecimento de importantes compradores europeus.

Os Programas Florestais do TFT e o E.U. TTAP mantêm mais de 90 colaboradores que atuam na África, Ásia, Europa, América Latina, do Norte e Oceania auxiliando produtores florestais e fábricas a buscar a sustentabilidade de seu negócio, fomentando um mercado mais seguro e mais justo.

Em setembro de 2007, o Instituto recebeu a visita do TFT no Brasil, já articulando uma possível parceria para implementação de atividades de interesse mútuo, como o manejo de recursos naturais e programas de mudanças climáticas. Como resultado, o TFT desembarcou na América Latina em janeiro de 2008 com o Plano de Ação para o Comércio de Madeira da União Européia – E.U. TTAP, do qual é gestor oficial designado pela Comissão Européia.

Para viabilizar a contratação de técnicos para o TTAP no Brasil, além de fornecer apoio institucional e estrutura para a execução dos demais programas florestais do TFT, foi assinado um acordo de cooperação onde são explicitados os benefícios mútuos desta parceria, tais como:

- Maior divulgação das ações realizadas pelas instituições e visibilidade ao projeto;
- Novas oportunidades de negócios através do intercâmbio de informações e contatos;
- Criação de competências técnicas e administrativas na área de manejo de recursos naturais;
- Possibilidades de extensão da parceria para outros programas de interesse mútuo como serviços ambientais e mudanças climáticas globais.

3.2) O PLANO DE AÇÃO PARA O COMÉRCIO DE MADEIRA DA UNIÃO EUROPEIA (E.U. TTAP)

O Plano de Ação para o Comércio Madeireiro (E.U. TTAP – European Union Timber Trade Action Plan) é um projeto iniciado em Março de 2005, que preve assistência aos importadores filiados as Federações Comerciais de Madeira (TTFs – Timber Trade Federations) para o fortalecimento do comércio de madeira tropical legalizada para a União Europeia. Esta iniciativa é o plano de ação executivo da política da U.E. para a aplicação da legislação, governança florestal e comercialização com países produtores (FLEGT1 – Forest, Law Enforcement, Governance and Trade). O projeto tem os seguintes objetivos:

- Apoiar o desenvolvimento de políticas de compra responsável das Federações Comerciais Madeireiras da U.E., no intuito de assegurar a sua compatibilidade com as exigências das compras governamentais e do FLEGT;
- Disponibilizar orientação aos compradores e fornecedores para que cumpram os requisitos da U.E., tanto na questão da legalidade como na rastreabilidade da produção, e ainda na minimização dos riscos de entrada de produtos ilegais na cadeia de abastecimento; e
- Estimular a verificação da legalidade na produção através de auditorias independentes de um mínimo de 70 cadeias de abastecimento (florestas e indústrias) em 10 países produtores, Bolívia, Brasil, China, Gabão, Guiana, Indonésia, Malásia, República do Congo, República dos Camarões e Suriname.



3.3) PROGRAMA DE APOIO À CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – FSC

Por meio da parceria Idesam & TFT o Programa de Apoio à Certificação Florestal FSC – Forest Stewardship Council assessora os compradores, retalhistas, importadores e produtores que estejam comprometidos em consumir produtos certificados FSC e em desenvolver suas cadeias produtivas de forma progressiva para atingir a certificação independente.

Para tanto, os compradores apontam os fornecedores com os quais já têm relação comercial ou desejam estabelecer relações comerciais, fomentando progressivamente sua cadeia produtiva ao cumprimento dos Padrões FSC.

A equipe de técnicos atua no sentido de operacionalizar as demandas dos compradores (membros do TFT) ou demandas espontâneas de produtores florestais no Brasil e na América Latina, visando adequar as cadeias produtivas aos padrões de certificação do FSC para manejo florestal e cadeia de custódia.

Os passos naturais do Programa são os seguintes:

- 1 Contato do comprador/produtor com o Idesam (f.guiera@idesam.org.br).
- 2 Contato do comprador com os produtores para verificar o interesse em participar do Programa de Apoio à Certificação Florestal FSC através do TFT/Idesam.

- 3 Elaboração e aceitação de um orçamento personalizado para a execução da Avaliação Inicial.
- 4 Contato da equipe com os produtores/fornecedores para agendamento de uma visita a campo para a Avaliação Inicial.
- 5 Avaliação Inicial com a entrega de um relatório de escopo ao comprador/produtor.
- 6 Elaboração de um Plano de Ação orçamentado para a certificação em conjunto com o fornecedor/produtor.
- 7 Elaboração e apresentação do plano de Ação Orçamentado para 12 meses de trabalho.
- 8 Assinatura de um Termo de Cooperação explicitando os compromissos e responsabilidades das partes, com prazo máximo de 3 anos de duração para a completude do Plano de Ação para a Certificação e a solicitação de uma Avaliação Completa do FSC.
- 9 Implantação do Plano de Ação para a Certificação por meio de visitas programadas ao longo do período de cooperação.
- 10 Auditoria independente por um organismo credenciado ao FSC para Manejo Florestal e/ou Cadeia de Custódia.

Ao longo do processo de implantação do Plano de Ação, o produtor/fornecedor sob o Programa de Apoio à Certificação Florestal FSC estará autorizado a utilizar a logomarca do TFT – Tropical Forest Trust, sob regras e protocolos pré-definidos, garantindo ao seu comprador que as florestas que abastecem sua cadeia produtiva estão caminhando progressivamente para a certificação independente do FSC sob a assessoria e monitoramento do Idesam & Tropical Forest Trust.

A utilização da logomarca do TFT nos produtos não é uma certificação independente, porém, consiste em uma ferramenta de diferenciação dos produtos que estão sendo produzidos sob compromissos com a busca da sustentabilidade dos negócios florestais e com a responsabilidade sócio-ambiental.



DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

2007

2007

A principal receita de 2007 do Idesam foi destinada ao Programa Unidades de Conservação originada através do convenio com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) para a implantação do Programa Bolsa Floresta em 06 Unidades de Conservação do Amazonas.

Para a Elaboração do Plano de Gestão e Identificação das Ações Emergenciais na RDS do Uatumã, realizados pelo Idesam, os recursos foram provenientes do Convênio da Fundação Djalma Batista (FDB) que correspondeu a 22% dos financiamentos do instituto.

Os recursos do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto corresponderam 24% da receita bruta total do Idesam. Os financiamentos foram obtidos: I) pelo Banco Mundial através da proposta de política pública denominada Iniciativa Amazonas sobre pagamento pelos serviços ambientais e desmatamento evitado das florestas do Estado do Amazonas; II) O Projeto de Diagnósticos de REDD para o município do Apuí; III) Evento realizado para as Secretarias de Estado do Meio Ambiente da Amazônia brasileira, sobre REDD e Mercado Voluntário de Carbono com o apoio da TNC.

O total das despesas do Idesam neste ano foi de aproximadamente R\$ 501 mil, contra uma receita de R\$ 429.150. O aparente saldo negativo é em função do projeto do Plano de Gestão da RDS do Uatumã, que se iniciou em 2006 e teve grande parte de suas receitas depositadas no final do ano, sendo assim executado apenas em 2007, o que gerou balancete do biênio anterior.

RECEITAS POR PARCEIROS/DOADORES

TOTAL R\$ 429.155,00

DONOR/PARTNER	PROJETO/CONVÊNIO	DURAÇÃO	VALOR	%
Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS/AM)	Implementação do Programa Bolsa Floresta (Fase 01) em 06 Unidades de Conservação	2007-2009	R\$ 229.870,00	53,6%
Banco Mundial	Convênio para Coordenação do Projeto de Estruturação da Iniciativa Amazonas	2007-2008	R\$ 51.700,00	12,0%
Fundação Djalma Batista (FDB) / Fundação Gordon & Betty Moore	Convênio SDS/Idesam: Diagnóstico para Projeto de PSA em Apuí	2007-2008	R\$ 23.016,00	5,4%
Fundação Djalma Batista (FDB) / WWF-Brasil	Convênio SDS/Idesam: Elaboração do Plano de Gestão RDS do Uatumã	2006-2008	R\$ 94.444,00	22,0%
TNC	Organização do Encontro Nacional de Secretários de Meio Ambiente sobre Mudanças Climáticas	2007-2007	R\$ 30.125,00	7,0%

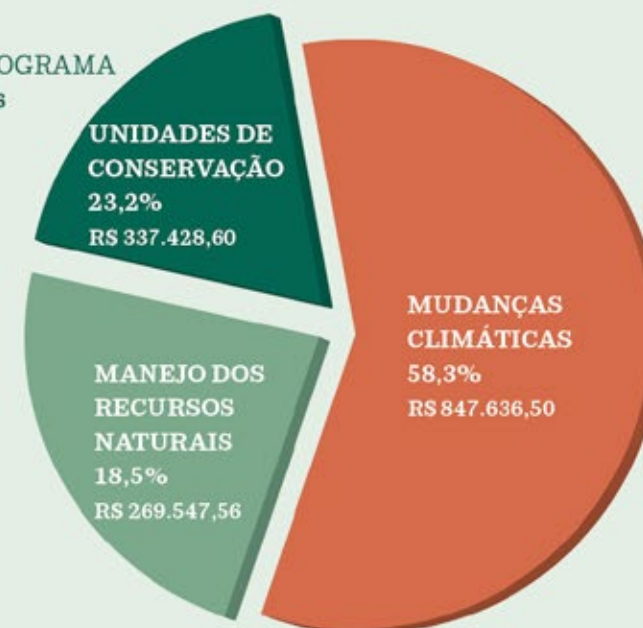
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

TOTAL R\$ 501.654,44

Despesa com Pessoal	R\$ 290.476,28	57,90%
Despesas Operacionais de Campo	R\$ 148.448,52	29,59%
Despesas com Honorários	R\$ 500,00	0,1%
Despesas de Manutenção	R\$ 11.944,88	2,38%
Despesas de Viagem	R\$ 18.570,34	3,7%
Imobilizado	R\$ 15.110,00	3,01%
Impostos e Taxas	R\$ 16.604,42	3,31%

RECEITAS POR PROGRAMA

TOTAL R\$ 1.454.612,66



DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

2008

2008

A expansão e consolidação do Idesam em 2008 foi impulsionada por um aumento considerável nas entradas de projetos através de 13 convênios realizados. Neste ano o Idesam teve uma receita de R\$1,45 milhão e despesas da ordem de R\$1,37 milhão.

Aproximadamente 58% dos recursos de 2008 foram destinados ao Programa Mudanças Climáticas, através de projetos e parcerias estabelecidos com a Fundação Bluemoon, Fundação Avina, Banco Mundial Fundação Moore, FAS e Fundação Djalma Batista – que representaram o montante de 847 mil reais.

Para o Programa Unidades de Conservação os recursos do Instituto somaram R\$337 mil. Os apoiadores dessas ações foram a Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BV&SA) da Bolsa de Valores de São Paulo, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) e a Fundação Djalma Batista,

A partir do ano contábil de 2008 o Idesam estreou as atividades do Programa Manejo dos Recursos Naturais, através de uma parceria com a “Tropical Forest Trust (TFT)”, que ingressou cerca de R\$ 270 mil e respondeu por 18,5% do orçamento de 2008.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

TOTAL R\$ 1.373.858,66

Despesa com Pessoal	R\$ 285.000,00	20,74%
Despesa Administrativa	R\$ 340.060,00	24,8%
Despesas Operacionais de Campo	R\$ 93.795,10	6,8%
Despesas com Honorários	R\$ 63.600,00	4,6%
Despesas de Manutenção	R\$ 269.547,56	19,6%
Despesa com Publicação/ Disseminação	R\$ 170.615,50	12,4%
Prestação de Serviços – Pessoa Física	R\$ 15.562,50	1,1%
Prestação de Serviços – Pessoa Jurídica	R\$ 18.148,00	1,3%
Despesas de Viagem	R\$ 49.300,00	3,6%
Imobilizado	R\$ 54.870,00	4,0%
Impostos e Taxas	R\$ 13.360,00	1,0%

RECEITAS POR PARCEIROS/DOADORES

TOTAL R\$ 1.454.612,66

DONOR/PARTNER	PROJETO/CONVÊNIO	DURAÇÃO	VALOR	%
Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS/AM)	Implementação do Programa Bolsa Floresta (Fase 01) em 06 Unidades de Conservação	2007-2009	R\$ 54.870,00	3,8%
Avina	Projeto Inventário de Emissões do Instituto de Permacultura (IPA)	2008-2009	R\$ 15.562,50	1,1%
Avina	Ações para o Pacto do Desmatamento Zero em Apuí	2008-2008	R\$ 63.600,00	4,4%
Banco Mundial	Convênio para Coordenação do Projeto de Estruturação da Iniciativa Amazonas	2007-2008	R\$ 49.300,00	3,4%
BioCarbon Fund	Elaboração do PIN para o Projeto Florestal Apuí (BioCf)	2008-2008	R\$ 13.360,00	0,9%
Bovespa	Turismo na RDS do Uatumã	2008-2009	R\$ 93.795,10	6,4%
Fundação Amazonas Sustentável	Implantação PBF RDS do Uatumã	2007-2009	R\$ 170.615,50	11,7%
Fundação Amazonas Sustentável	Elaboração do PDD e Metodologia do Projeto de RED da RDS do Juma	2008-2008	R\$ 285.000,00	19,6%
Fundação Bluemoon	Projeto REDD: Estudo de Oportunidades para o Sul do Amazonas	2008-2009	R\$ 340.060,00	23,4%
Fundação Djalma Batista (FDB) / Fundação Gordon & Betty Moore.	Convênio SDS/Idesam: Diagnóstico para Projeto de PSA em Apuí	2006-2008	R\$ 5.754,00	0,4%
Fundação Djalma Batista (FDB) / WWF-Brasil	Convênio SDS/Idesam: Elaboração do Plano de Gestão RDS do Uatumã	2006-2008	R\$ 18.148,00	1,2%
Fundação Gordon & Betty Moore	Articulação do Debate sobre a Ferrovia x BR-319	2008-2008	R\$ 75.000, 00	5,2%
TFT - Tropical Forest Trust	Programa TTAP	2008-2008	R\$ 269.547,56	18,5%

PRESIDENTE

Marcos Coutinho (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pantanal)

VICE-PRESIDENTE

Carlos Bueno (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – Inpa)

CONSELHO DIRETOR

Carlos Bueno (Inpa)

Elisa Wandelli (Embrapa)

Marcos Coutinho (Embrapa Pantanal)

CONSELHO CONSULTIVO

Domingos Macedo (CEUC/SDS)

Marcelo Marquesini (Greenpeace)

Paulo Moutinho (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam)

Paulo Nogueira Neto (Universidade de São Paulo – USP)

Philip Fearnside (Inpa)

Roberto Borges (Forest Trends)

Thomas Lovejoy (Heinz Center)

Tim van Eldik (Precious Woods Amazon – PWA)

Werner Grau (Pinheiro Neto Advogados)

DIRETORIA EXECUTIVA

Mariano Colini Cenamo

Secretário Executivo

Carlos Gabriel Koury

Coordenador Administrativo

COORDENAÇÃO

Milena del Rio do Valle

Yes Assessoria e Comunicação

TEXTO E EDIÇÃO

Carlos Gabriel Koury (Idesam)

Mariano Colini Cenamo (Idesam)

Mariana Nogueira Pavan (Idesam)

Milena del Rio do Valle (Yes Assessoria e Comunicação)

TRADUÇÃO

Pedro Marques (Watershed Consulting)

FOTOS

Arquivo Idesam

MAPAS

André Luiz Menezes Vianna (Idesam)

Gabriel Cardoso Carrero (Idesam)

Rômulo Batista (CEUC/SDS)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gabi Juns (gabijuns.com.br)

IMPRESSÃO

Gráfica Ampla

TIRAGEM

600 exemplares

Impresso em papel reciclado, 30% pós-consumo.







www.idesam.org.br

Av. Tancredo Neves, 282, sala 28
Parque 10 de Novembro
69054-700 - Manaus/AM

+55 (92) 3642-5698

